



122
217

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento Nº: 0192.568-4 – Recife

Agravante: CTTU – Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife

Agravado: Viação Tabira Turismo Ltda.

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA EM QUE FIGURA COMO PARTE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS PRIVADAS. VARA DA FAZENDA PÚBLICA. INCOMPETÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE FORO PRIVILEGIADO. ARTIGO 79 DO COJE. JURISPRUDÊNCIA UNIFORME. ACOLHIMENTO PRELIMINAR INCOMPETÊNCIA. NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA. PREJUDICIALIDADE DA ANÁLISE MERITÓRIA.

1. Consoante é de uniforme compreensão, as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, somente podendo auferir as prerrogativas processuais que lhe forem expressamente garantidas em Lei. As ações em que forem parte devem, portanto, ter andamento perante as varas cíveis comuns, não havendo, pois, que se falar em foro privilegiado.

2. Se assim não o fosse, o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, ao disciplinar a competência do Juízo das Varas da Fazenda Pública, teria inserido as sociedades de economia mista no rol das pessoas jurídicas com foro privilegiado, mas não o fez, como se pode verificar pela literalidade do seu artigo 79: "*Art. 79 - Compete ao Juízo de Vara da Fazenda Pública: I - processar, julgar e executar as ações, contenciosas ou não, principais, acessórias e seus incidentes, em que o Estado Federado ou o Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público forem interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuadas as de falências e recuperação de empresas e as de acidentes do trabalho; II - processar e julgar os mandados de segurança, os habeas data, os mandados de injunção e ações populares contra autoridades estaduais e municipais, respeitada a competência originária do Tribunal de Justiça; III - conhecer e decidir as justificações destinadas a servir de prova junto ao Estado Federado ou ao Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público.*"

3. Nesse sentido é uniforme a jurisprudência deste e dos Tribunais Superiores.

4. À unanimidade de votos, acolheu-se a preliminar de incompetência das Varas da Fazenda Pública para processar e julgar as causas em que figurarem como parte Sociedades de Economia Mista, para fins de declarar a incompetência absoluta da 5ª Vara da Fazenda Pública para processar e julgar a Ação Ordinária tombada sob o nº 001.2009.121188-0, anulando-se, em consequência, a decisão objeto do presente recurso, com fulcro no artigo 113, caput e §2 do Código de Processo Civil, determinando-se a remessa dos autos a uma das Varas Cíveis por Distribuição da capital, prejudicada a análise meritória do presente recurso.



123
218/
01

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo de Instrumento nº 0192.568-4, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, a CTTU - Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife e, como agravados, a Viação Tabira Turismo Ltda., Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar de incompetência das Varas da Fazenda Pública para processar e julgar as causas em que figurarem como parte Sociedades de Economia Mista, para fins de declarar a incompetência absoluta da 5ª Vara da Fazenda Pública para processar e julgar a Ação Ordinária tombada sob o nº 001.2009.121188-0, anulando-se, em consequência, a decisão objeto do presente recurso, com fulcro no artigo 113, caput e §2 do Código de Processo Civil, determinando-se a remessa dos autos a uma das Varas Cíveis por Distribuição da capital, prejudicada a análise meritória do presente recurso, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 01 de Dezembro de 2009.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

117
219

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento Nº: 0192.568-4 – Recife

Agravante: CTTU – Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife

Agravado: Viação Tabira Turismo Ltda.

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO:

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pela CTTU – Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife em face da Viação Tabira Turismo Ltda., impugnando decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. Edvaldo José Palmeira, no bojo da Ação ordinária tombada sob o nº 001.2009.121188-0, proposta pelo ora agravado.

A decisão impugnada (fls. 88/88-v) deferiu, em parte, a antecipação de tutela almejada, suspendendo todos os efeitos dos Autos de Infração nº 6035 e 6724, determinando, outrossim, à CTTU que procedesse à liberação do veículo de placa KVJ-9161, de propriedade da autora, ora recorrida, sem a exigência do pagamento das multas e despesas havidas com a apreensão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Argúi, preliminarmente: 1) a incompetência absoluta das Varas da Fazenda Pública para processar e julgar processos nos quais figurem como parte sociedades de economia mista e 2) a ilegitimidade *ad causam* da CTTU para figurar no pólo passivo da ação originária, ao argumento de que, segundo dispõe a Lei Municipal nº 16.856/03, que disciplina o serviço de transporte complementar de passageiros do Município do Recife, as atribuições para fiscalizar, apurar infrações e aplicar punições relativas à matéria em testilha pertence à Secretaria de Serviços Públicos do Município do Recife, pugnano pela extinção do processo originário sem resolução do mérito.

No mérito, assevera:

1) Que inexistem nos autos qualquer prova da ilegalidade da conduta dos agentes públicos, os quais, segundo alega, agiram no estrito cumprimento do dever legal;

2) Que o agravado estava realizando transporte remunerado de passageiros de forma clandestina, porquanto não possui autorização, permissão ou concessão do Poder Público para tanto, em afronta à Lei Municipal nº 16.856/2003;



220
118

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

3) Que, constatado o transporte clandestino, os agentes fiscalizadores devem apreender o veículo e lavrar o Auto de Infração, aplicando a multa devida, o que ocorreu na hipótese fática em apreço, não havendo que se falar em ato abusivo ou ilegal;

4) Que, por ocasião da abordagem pelos agentes de trânsito, os condutores do veículo em apreço não apresentaram quaisquer documentos que comprovassem a prestação de serviço de condução de passageiros carentes a hospitais e casas de saúde, consoante alegado, sendo certo que alguns dos passageiros afirmaram que efetuaram pagamento de "passagem".

Pugna, liminarmente, pelo acolhimento das preliminares arguidas, ou acaso assim não proceda este Juízo, pela concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento, e, no mérito, pelo provimento do recurso, com a integral reforma da decisão recorrida.

A Relatoria substituta exarou decisão (fls. 100/103) deferindo o efeito suspensivo almejado.

Intimada a ofertar suas contra-razões, a recorrida deixou transcorrer *in albis* o decênio legal, a teor da certidão de fl. 109.

O *Parquet* cota à fl. 114, afirmando inexistir interesse público que justifique a sua intervenção.

É o que de relevante se tem a relatar.

Inclua-se em pauta.

Recife, 19 de setembro de 2009.

Des. Luiz Carlos Figueirêdo
Relator



124
221

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento Nº: 0192.568-4 – Recife

Agravante: CTTU – Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife

Agravado: Viação Tabira Turismo Ltda.

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO PRELIMINAR I: INCOMPETÊNCIA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA PARA APRECIAR E JULGAR CAUSAS EM QUE FIGUREM COMO PARTE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

Consoante é de uniforme compreensão, as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, somente podendo auferir as prerrogativas processuais que lhe forem expressamente garantidas em Lei. As ações em que forem parte devem, portanto, ter andamento perante as varas cíveis comuns, não havendo, pois, que se falar em foro privilegiado.

Cumprе notar que, se assim não o fosse, o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, ao disciplinar a competência do Juízo das Varas da Fazenda Pública, teria inserido as sociedades de economia mista no rol das pessoas jurídicas com foro privilegiado, mas não o fez, como se pode verificar pela literalidade do seu artigo 79:

"Art. 79 - Compete ao Juízo de Vara da Fazenda Pública: I - processar, julgar e executar as ações, contenciosas ou não, principais, acessórias e seus incidentes, em que o Estado Federado ou o Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público forem interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuadas as de falências e recuperação de empresas e as de acidentes do trabalho; II - processar e julgar os mandados de segurança, os habeas data, os mandados de injunção e ações populares contra autoridades estaduais e municipais, respeitada a competência originária do Tribunal de Justiça; III - conhecer e decidir as justificações destinadas a servir de prova junto ao Estado Federado ou ao Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público."

Nesse sentido é uniforme a jurisprudência deste e dos Tribunais Superiores, consoante se pode aferir pelos julgados infratranscritos:

"EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 100/2007. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL.

1. A Lei Complementar Estadual nº 100/2007, em seu art. 79, inciso I, estabelece competência ao Juízo de Vara da Fazenda Pública para "processar, julgar e executar as ações, contenciosas ou não, principais,

AI0192.568-4



125
222

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

acessórias e seus incidentes, em que o Estado Federado ou o Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público forem interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuadas as de falências e recuperação de empresas e as de acidente de trabalho".

2. Nesse contexto, vê-se que sociedades de economia mista não se inserem no conceito de Fazenda Pública para fins de atribuição de competência aos juízos fazendários.

3. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça.

4. Conflito julgado procedente, em ordem a declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns para processar e julgar a ação ajuizada pela COMPESA.

(Conflito de Competência 130982-8. Comarca Garanhuns. Relator Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello. 8ª Câmara Cível Data de Julgamento 20/11/2008 14:00:00. Publicação 229)

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPETUR. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ESTADUAL. INCOMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. INTELIGÊNCIA DO ART. 10, INC. I, DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA LOCAL. COMPETÊNCIA DEFINIDA EM RAZÃO DA PESSOA, E NÃO DA MATÉRIA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Restou pacificado o entendimento nos Tribunais Superiores de que as demandas envolvendo sociedade de economia mista, entre às quais é possível enquadrar a EMPETUR - Empresa de Turismo de Pernambuco S.A., pertencente à Administração Indireta no âmbito estadual, seriam de competência da Justiça Comum.

2. No âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, por sua vez, só devem ser considerados feitos da Fazenda Pública, no primeiro grau de jurisdição, aqueles constantes no inciso I, do artigo 10, da Lei Complementar nº 31, de 02 de janeiro de 2001, determinados em razão da pessoa, e não da matéria.

3. Desse modo, verifica-se que o presente feito, no qual a Sociedade de Economia Mista Estadual é parte integrante, não se enquadra nas hipóteses admitidas no Código de Organização Judiciária como competência das Varas da Fazenda Pública.

4. Recurso conhecido e não provido - À Unanimidade."

(Recurso de Agravo 136155-5/01. Olinda. Relator João Bosco Gouveia De Melo. 7ª Câmara Cível. Data de Julgamento 26/9/2006 14:00:00. Publicação 190)

"EMENTA: CONSTITUCIONAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - COMPETÊNCIA - SÚMULA 556 STF - CF, ART. 170, § 1º, OU ART. 170, § 1º, II, EC 19/98 - I. É competente a justiça comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista, cujo foro é o das empresas privadas e não o foro da Fazenda Pública. Súmula 556 STF. CF, art. 173, § 1º, ou art. 173, § 1º, II, CF, com a EC 19/98. II. Agravo não provido." (STF - AGRAG 337615 - SP - 2ª T. - Rel. Min. Carlos Velloso - DJU 22.02.2002 - p. 00040)



126
223/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ESTADUAL. TJSP. DECISÃO QUE NÃO RECONHECE DIREITO A FORO PRIVILEGIADO. VARA CÍVEL. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. AGRAVOS DE INSTRUMENTO E REGIMENTAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO NA FORMA REGIMENTAL. I- Limitando-se o acórdão "a quo" a proclamar que o órgão julgador já firmou entendimento no sentido de que as sociedades de economia mista estaduais não gozam de foro privilegiado perante as Varas de Fazenda Pública, inquestionavelmente não se configura qualquer espécie de prequestionamento do art. 7º da lei n. 8.987/95, invocado pela empresa como sustentação do seu recurso especial. incidência das Súmulas 282 e 356 do C. STF. II- Divergência jurisprudencial que tampouco atende aos requisitos regimentais. III- Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 186.541/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA TURMA, julgado em 05.11.1998, DJ 12.04.1999 p. 132)

"EMENTA: Sociedade de economia mista - Competência - Vara Cível Por Distribuição. Nas ações em que for parte sociedade de economia mista, como autora, ré, assistente ou oponente, a competência é das Varas Cíveis Por Distribuição, e não daquelas Privativas dos Feitos da Fazenda Pública. Agravo provido. Decisão unânime. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 71528-8, da Comarca do Recife, em que é agravante a Companhia Pernambucana de Saneamento-COMPESA, sendo agravado o H. N. C. Ltda;" (TJPE, Agravo de Instrumento nº 71528-8 / Recife, Quinta Câmara Cível, rel. Des. Márcio Xavier, d.u., j. 27/4/2001, p. 12/05/2001)

"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA O PRESIDENTE DA COMPESA - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - REGIME JURÍDICO PRÓPRIO DAS EMPRESAS PRIVADAS (ART. 173 DA CF 88) - COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL POR DISTRIBUIÇÃO - CONHECIDO O CONFLITO PARA FIRMAR A COMPETÊNCIA DA 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - DECISÃO UNÂNIME. 1. As sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, somente podendo auferir as prerrogativas processuais que lhe forem expressamente garantidas em Lei. 2. O fato da empresa demandada, Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, ser sociedade de economia mista, não tem o condão de transferir a competência da apreciação e julgamento da lide para uma das varas da Fazenda Pública, pois que a competência das Varas da Fazenda Pública está estabelecida no Art. 117 do COJE. 3. Precedentes jurisprudenciais do Tribunal de Justiça de Pernambuco e dominantes nos Pretórios Brasileiros é no sentido de negar o privilégio de foro especial às sociedades de economia mista." (TJPE, Conflito de Competência nº 74823-0 / Recife, Primeira Câmara Cível, rel. Des. Bartolomeu Bueno, d.u., j. 29/10/2002. p. 25/2/2003).

"EMENTA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ENVOLVENDO SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. DERSA. INEXISTÊNCIA DE FORO PRIVILEGIADO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. Súmulas nºs 556 do Supremo



224/127

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Tribunal Federal e 42 do Superior Tribunal de Justiça. Competência da Vara Cível. Conflito procedente e competente o juízo suscitado." (Conflito de Competência nº 120.182.0/5-00, Câmara Especial do TJSP, São Paulo, Rel. Sidney Romano dos Reis. J. 05.09.2005, unânime)

"EMENTA: COMPETÊNCIA CÍVEL - AÇÃO ENVOLVENDO SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - INEXISTÊNCIA DE FORO PRIVILEGIADO. Pessoa jurídica de direito privado. Súmulas nºs 556 do Supremo Tribunal Federal e 42 do Superior Tribunal de Justiça. Competência do Vara Cível. Conflito procedente e competente o juízo suscitado." (Conflito de Competência nº 113.400-0/5-00, Câmara Especial do TJSP, São Paulo, Rel. Sidney Romano. j. 28.02.2005, unânime)

"EMENTA: COMPETÊNCIA CÍVEL - AÇÃO ENVOLVENDO SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - INEXISTÊNCIA DE FORO PRIVILEGIADO - PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO - SÚMULAS NºS 556 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E 42 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - COMPETÊNCIA DA VARA CÍVEL. Conflito procedente e competente o Juízo suscitado". (Conflito de Competência nº 105.106-0/0-00, Câmara Especial do TJSP, São Paulo, Rel. Nigro Conceição. J. 16.02.2004, unânime)

Cumpre ressaltar que, *in casu*, em contraposição a eventual arguição de ofensa ao princípio do juiz natural e supressão de instância, deve prevalecer a aplicabilidade dos princípios da eficiência e economia processual, porquanto pouco ou nada adiantaria declararmos a incompetência das Câmaras Fazendárias desta Corte de Justiça e determinarmos tão só a redistribuição dos presentes autos a uma das Câmaras Cíveis, se o vício no Juízo *a quo* permanecerá se perpetuando até que o Relator para o qual seja distribuído este recurso se manifeste sobre a preliminar.

Ante o exposto, voto pelo acolhimento da preliminar ora em análise, para fins de declarar a incompetência absoluta da 5ª Vara da Fazenda Pública para processar e julgar a Ação Ordinária tombada sob o nº 001.2009.121188-0, anulando-se, em consequência, a decisão objeto do presente recurso, com fulcro no artigo 113, caput e §2 do Código de Processo Civil, determinando-se a remessa dos autos a uma das Varas Cíveis por Distribuição da capital, prejudicada a análise meritória do presente recurso.

Recife, 01 de Dezembro de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator